

# Crime eleitoral pode tirar mandato do prefeito de Planaltina de Goiás

VALÉRIA DE OLIVEIRA

O prefeito de Planaltina de Goiás, José Neto, está ameaçado de perder o mandato. Ontem, ele foi parar no banco dos réus, para o julgamento de uma ação de investigação eleitoral impetrada por um dos adversários na eleição de 1992, Francisco de Assis Pinto, do PFL, que pede sua cassação. José Neto é acusado de abuso de poder econômico e fraude eleitoral. Segundo Francisco Pinto, ele transportou cerca de 6.700 eleitores do DF para votar no município goiano. O advogado do prefeito, Herman Barbosa, nega as acusações e atribui o processo "à revolta de um candidato derrotado pelo José Neto".

Uma das testemunhas a depor ontem foi o ex-coordenador de campanha de José Neto, Geraldo Nunes Araújo. Ele informou que o então candidato sabia da "compra" de eleitores das cidades-satélites e de Brasília e do contrato com a empresa Expresso Brasília para o transporte até Planaltina de Goiás. O prefeito teve pouco mais de oito mil votos na eleição. Se ficar confirmada a participação dos eleitores do DF, ela foi determinante para o resultado. O filho de Francisco Pinto, Guilherme de Paula Pinto, filmou em VHS os ônibus no entroncamento de Planaltina (DF) e entrevistou os ocupantes e motoristas. Eles afirmaram morar no DF e estar indo à cidade goiana apenas para votar em José Neto e em um dos candidatos a vereador.

A fita é uma das provas do processo. O juiz Wilde Afonso Ogawa determinou uma perícia para ver se havia adulteração e o laudo foi negativo. De acordo com Ogawa, dentro dos próximos 15 a 20 dias será decidido o destino do prefeito. "Eu já estou pronto para julgar,



José Neto (C) é acusado de abuso de poder econômico e fraude

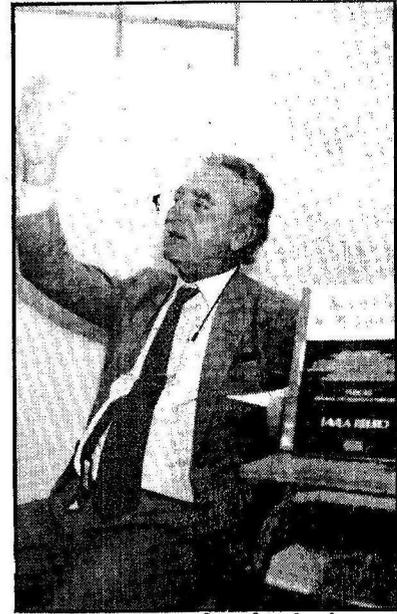
mas o Ministério Público quer diligências na delegacia de polícia para ver se houve o registro de ocorrência na época", explicou o juiz.

O advogado de defesa, Herman Barbosa, disse que proibiu o seu cliente de falar para que "suas declarações não sejam usadas contra ele pelos adversários". Barbosa adiantou que vai alegar "intemperividade do processo", que foi proposto, na sua versão, fora do prazo legal. Ele avalia que a iniciativa deveria ter sido tomada até o dia das eleições, 3 de outubro. Mas, como o suposto transporte dos eleitores de fora foi feito neste dia, "eles (Francisco Pinto e os companheiros da coligação) deveriam ter esperado três dias depois da diplomação (dos eleitos) para propor um recurso".

Herman Barbosa salienta ainda que outro "remédio jurídico" seria uma impugnação de mandato eletivo, impetrado 15 dias depois da di-

plomação. O advogado rebate as acusações de transportes de eleitores de fora e chama de "um grande teatro" a fita VHS mostrando imagens e entrevistas dos ocupantes dos ônibus. "Isso não definiu o resultado das eleições porque o José Neto não trouxe essas pessoas para votar aqui", observa, acrescentando que uma blitz montada pela polícia a pedido da Justiça Eleitoral prendeu sete ônibus com eleitores de outro candidato, Caibá Rinaldi, mas não registrou nenhum ligado a Neto.

Geraldo Araújo conta a outra parte da história. Segundo o ex-coordenador de José Neto, os eleitores "comprados fora" eram levados em ônibus da Expresso Brasília até o entroncamento de Planaltina (DF). Lá eles faziam uma baldiação para os coletivos de Planaltina (GO). "Para burlar a blitz da Justiça Federal, eles eram levados para uma chácara do presidente do PDT



Francisco Pinto fez denúncia

local, Domingos Cardoso, e de lá transportados em carros particulares até as sessões eleitorais", revela Araújo. De acordo com ele, ficou estabelecido, numa reunião de campanha, que o candidato a vice-prefeito, Ederval Vaz, coordenaria esse transporte, mas José Neto sabia e concordava com tudo.

O contrato com a empresa Expresso Brasília, filmado por Guilherme Pinto, foi firmado dois dias antes da eleição, conforme Geraldo Araújo. A maior parte dos eleitores teria sido "comprada" em Brazlândia, Paranoá, Planaltina (DF). Essas pessoas, segundo Geraldo, foram levadas pelos candidatos ao cartório de Planaltina (GO) e transferiram seus títulos. Eles eram orientados a se reunir num ponto das satélites para que os ônibus pudessem pegá-los no dia da eleição. De acordo com Geraldo, um fazendeiro da região financiou a "compra" dos eleitores.

Fotos: Ana Araújo